



ANDRÉ VERÍSSIMO
Diretor do Jornal de
Negócios

ADVOCACIA PARA UM MUNDO EM ACELERADA MUDANÇA

Vivemos num tempo em que o tempo é cada vez mais veloz. A tecnologia induz mudanças a um ritmo vertiginoso, que as sociedades têm dificuldade em acompanhar. Isso é visível em todos os domínios da sociedade, da esfera mais privada à pública. Está no frenesim com que surgem novos modelos de negócio e outros são arrasados, na obsolescência de competências no mercado de trabalho e na exigência de outras, no surgimento de novas ameaças aos direitos dos cidadãos, como a violação da privacidade, e na emergência de novos deveres.

Nesta vertigem, a incapacidade de a todos levar no mesmo barco tem criado condições para a emergência de líderes populistas de cariz nacionalista que arrebanham os que se sentem excluídos. As conquistas da democracia ocidental parecem, de súbito, reversíveis. Neste caldo, as instituições responsáveis por zelar pelo Estado de direito assumem um papel de ainda maior relevância. A Justiça e os seus diferentes agentes são os guardiões finais das liberdades e direitos. Os advogados e as suas sociedades têm, naturalmente, aqui uma função central.

Temos uma Justiça independente, mas urge resolver aquilo que a enfraquece: a extrema morosidade e um acesso que está longe de ser equitativo. É preciso que a Justiça consiga levar todos no mesmo barco.

Não confundindo o seu papel com o da política, os juristas são uma peça-chave para ajudar a sociedade a navegar através dos dilemas éticos colocados pela transformação digital e por tecnologias como a inteligência artificial, contribuindo para a sua correta regulação e utilização. Ou ainda para a ajudar a lidar com ameaças como os ciberataques.

A estes fatores soma-se um mundo politicamente mais incerto. A irrupção do protecionismo, ou a instabilidade geopolítica, de que o Brexit é o exemplo mais próximo, criam uma enorme incerteza jurídica. Num mundo em acelerada mudança – política, tecnológica e social – precisamos do Direito e dos seus intérpretes como um porto seguro. É grande e pesada a responsabilidade, mas sempre o foi. A diferença é que agora exige um esforço de atualização e adaptação muito maior. Portugal precisa – e muito – desse esforço.



JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPO VERBAL

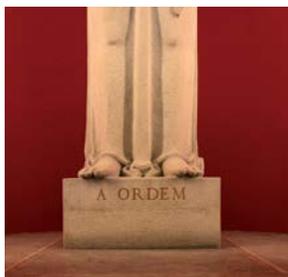
Com a presente edição do In-Lex, somamos 14 anos de conhecimento e de partilha de informação das sociedades de advogados em Portugal. Não sendo muito nem pouco, é um marco no panorama nacional, um caso único, que nos dá a credibilidade necessária para comentarmos e analisarmos o setor em qualquer tempo verbal: do pretérito perfeito, passando por vezes pelo imperfeito, ao presente e até mesmo no futuro. O In-Lex partilhou, partilha e vai continuar a partilhar informação precisa e objetiva do setor da advocacia organizado em regime societário, com o mesmo rigor e entusiasmo com que iniciou a sua primeira edição. E, efetivamente, esta edição, não é exceção! É mais uma prova da força do setor e da sua relevância enquanto *player* ativo da nossa economia e parceiro imprescindível do tecido empresarial – os seus principais clientes – que não prescindem dos seus serviços jurídicos em atividades estratégicas e operacionais.

Nas últimas 13 edições, divulgámos o comportamento das sociedades de advogados em diferentes cenários económicos e políticos e com conjunturas externas instáveis e imprevisíveis: de governos mais à esquerda a governos mais à direita, de planos de intervenção a crescimento económico, de um mercado imobiliário devoluto a explosivo, de um Portugal adormecido a um país de referência no Turismo, virado para o mar e acolhedor de *startups*. E o que constatámos foi o crescimento deste setor, uma maior profissionalização das sociedades, o seu empenho e resiliência e a sua capacidade inventiva e de adaptação a diferentes realidades, com o intuito de dar uma resposta à altura dos desafios que os seus clientes enfrentaram. Sociedades com uma elasticidade difícil de explicar num cálculo de engenharia, mas de grande utilidade nas empresas.

Na presente edição de 2019, a 14ª, divulgamos a informação de 135 sociedades de 18 localidades do país. Uma vez mais, as sociedades aderiram em força ao projeto, num ano em que a economia se comportou de forma positiva e que os resultados se refletiram também no volume e tipo de serviços jurídicos prestados. Contamos com um número superior de firmas com mais de cem advogados, uma barreira mítica do passado, um aumento do número médio de advogados – transversal a todos os escalões –, sociedades a disponibilizarem mais emprego a profissionais nas áreas de suporte, atentas ao investimento estrangeiro, ao investimento público, ao imobiliário e a temas de cibersegurança e proteção de dados e, principalmente, aos seus clientes – a razão do seu ser. Uma edição que é um barómetro do setor mas também da realidade económica e empresarial nacional.

Os tempos vindouros podem ser mais ou menos desafiantes para a economia portuguesa e para o setor das sociedades de advogados – com riscos vindos principalmente, mas não só, do contexto económico e político mundial –, mas os advogados portugueses têm conhecimento prático adquirido para enfrentar o futuro. Parafraseando Camus, não se pode criar experiência, é preciso passar por ela. Os advogados sabem-no bem! Os seus clientes também! E o In-Lex divulgará, uma vez mais, essa realidade.

SUMÁRIO



CADERNO EDITORIAL

Editorial

- 3 *Advocacia para um mundo em acelerada mudança, André Veríssimo*
Diretor do Jornal de Negócios
- 3 *Tempo Verbal, João Moura - Diretor da In-Lex*

O Retrato do Anuário

- 5 *Advocacia societária portuguesa está presente em mais de 70 países*

Futuro da Advocacia

- 8 *O "drive" das novas gerações não é a carreira nem o dinheiro*
- 12 *Há ou não excesso de cursos de Direito?*

Mercado em 2019

- 14 *Conjuntura externa será um fator determinante*

Justiça em 2019

- 18 *Entre os processos mediáticos e as lutas dos atores setoriais*

19 ÍNDICE ALFABÉTICO

SOCIEDADES DE ADVOGADOS

- 23 Capítulo I

- 26 Capítulo II

- 72 Capítulo III

- 91 Capítulo IV

107 ÍNDICE ÁREAS DE DIREITO

125 ÍNDICE LOCALIDADES

FICHA TÉCNICA

JORNAL DE NEGÓCIOS

PROPRIEDADE/EDITORIA: Cofina Media, S.A. | SEDE: Rua Luciana Stegagno Picchio, n.º 3, 1549-023 Lisboa Portugal | PRINCIPAL ACIONISTA: Cofina, SGPS, S.A. (100%) | CAPITAL SOCIAL: € 22.523.420,40 | CONTRIBUINTE: 502 801 034 | C.R.C. DE LISBOA: 502 801 034 | N.º REGISTO ERC: 121571 | DEPÓSITO LEGAL: 120966/98 - ISSN 0874-1360

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Paulo Fernandes (Presidente), João Borges de Oliveira, Alda Delgado, Luís Santana | DIRETOR-GERAL EDITORIAL: Octávio Ribeiro | DIRETOR-GERAL EDITORIAL ADJUNTO: Armando Esteves Pereira | DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA: Alda Delgado | DIRETOR DE INFORMÁTICA: Rui Taveira | DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS: Nuno Jerónimo | DIRETORA DE MARKETING: Isabel Rodrigues | DIRETOR DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: João Ferreira de Almeida | DIRETORA DE RESEARCH: Ondina Lourenço

DIRETOR: André Veríssimo | DIRETOR-ADJUNTO: Celso Filipe | ASSINATURAS: Florbela Mendes (Tel: +351 210 494 999; E-mail: assine@cofina.pt) | PUBLICIDADE - DIRETOR GERAL COMERCIAL: Hernâni Gomes | SEDE - REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Luciana Stegagno Picchio, n.º 3, 1549-023 Lisboa, Portugal | Tel: +351 210 494 000; Fax: +351 210 493 145; E-mail: info@negocios.pt | IMPRESSÃO: Grafedispport - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Rua Consiglieri Pedroso, n.º 90, Casal de Santa Leopoldina, 2745-553 Queluz de Baixo | Tel: +351 214 353 850; Fax: +351 214 360 542 | DISTRIBUIÇÃO: Vasp - Distribuição de Publicações SA, Media Logística Parque, Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém | Tel: + 351 214 337 000; Fax: +351 214 326 009
Estatuto editorial do negócios disponível em: www.negocios.pt

IN-LEX, MARKETING E PUBLICIDADE, LDA

DIRETOR: João Moura | PROPRIEDADE: In-Lex, Marketing e Publicidade, Lda. | CONTRIBUINTE: 507 432 622 | C.R.C. DE LISBOA: 507 432 622 | ADMINISTRAÇÃO: Rua Ary dos Santos n.º 3, Armazém 4, Quinta Figo Maduro, 2685-312 Prior Velho | Tel: +351 213 885 213; E-mail: geral@in-lex.pt | CONCEPÇÃO GRÁFICA: Wonderland | DIREÇÃO GRÁFICA: Ricardo Diogo | PAGINAÇÃO: Ana Bernardo | PERIODICIDADE: Anual | IMPRESSÃO: Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Casal de Sta. Leopoldina, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena | DEPÓSITO LEGAL: 323397/11

Os conteúdos informativos e imagens apresentados neste anuário são da inteira responsabilidade das sociedades de advogados participantes.

ADVOCACIA SOCIETÁRIA PORTUGUESA ESTÁ PRESENTE EM MAIS DE 70 PAÍSES

■ São 135 sociedades que asseguram a prestação de serviços jurídicos preferencialmente a empresas; estão sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto e são na sua maioria sociedades de pequena e média dimensão; e, além de Portugal, marcam presença, de forma direta ou em parceria, em mais de 70 países. Este universo de referência é também um retrato do mercado da advocacia nacional organizada em regime societário e que está espelhada no In-Lex 2019, a 14.ª edição do anuário das sociedades de advogados de Portugal.

É um universo superior a 3.600 advogados – dos quais 793 têm estatuto de sócio e mais de 600 são advogados estagiários – aquele que está espelhado neste anuário, onde 135 sociedades marcam presença. As firmas de advocacia representadas na presente edição do In-Lex contam ainda com a colaboração de mais de 300 outros profissionais com formação jurídica ou outra, enquanto consultores, e dão emprego a mais de 1.300 profissionais de outros setores, onde se incluem funcionários administrativos, financeiros, pessoal técnico ligado aos recursos humanos ou à contabilidade, mas igualmente especialistas nas áreas de marketing, comunicação empresarial ou tecnologias de informação.

PEQUENAS ESTÃO EM MAIORIA

Quando se analisa a dimensão das estruturas das sociedades presentes neste anuário de 2019, importa referir que 11 (8%) das 135 representadas referem ter mais de uma centena de advogados, mais três firmas comparativamente à edição anterior. Há também um conjunto de quatro escritórios (3%) cuja equipa integra entre os 70 causídicos e os 100, enquanto 15 (11%) surgem no escalão das firmas que agregam entre 30 advogados e menos de 70. No universo total das organizações representadas, aquelas que contam com menos de 30 advogados estão em larga maioria: no total são 105 (78%).

Uma apreciação mais detalhada às equipas das sociedades menos dimensionadas (105 com menos de 30 advogados) mostra que um

grupo de 61 firmas (45% do universo total) integra um número inferior a 10 advogados, dados consistentes com a realidade do setor das sociedades de advogados a nível nacional.

Um dado adicional relevante na análise das equipas é o aumento do número médio de advogados por sociedade, justificado em grande parte pela conjuntura económica favorável do último ano. Em média cada sociedade, apresentada nesta edição do In-Lex, conta com 27 advogados (versus 24 causídicos na última edição) sendo este aumento transversal a todos os escalões – sócios, associados e estagiários.

PRESENÇA EM TODO O PAÍS

À semelhança das anteriores edições, as presenças no anuário chegam de todo o País, o que permite, abarcar a quase totalidade do território continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Com espaços das próprias ou através de parcerias, as 135 sociedades representadas no In-Lex 2019 referenciam 230

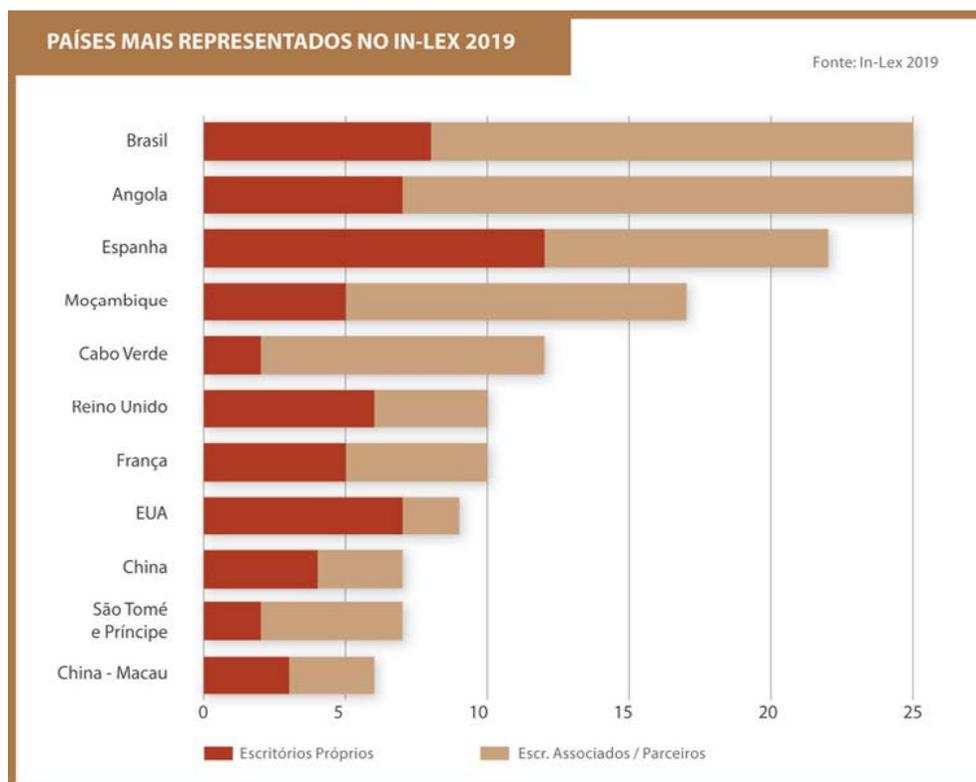
escritórios em 27 localidades a nível nacional, das quais 18 com escritórios sede.

Sem grandes surpresas, as regiões de Lisboa e do Porto, com destaque para a capital, são as que têm um maior número de sociedades e de escritórios representados no anuário In-Lex de 2019. Lisboa é a cidade que conta com maior número de sociedades representadas.

Entre espaços próprios e parcerias conta com um total de 111 escritórios (dos quais 94 são o escritório principal - sede). Nas mesmas condições, as firmas da cidade Invicta contabilizam 52 escritórios, dos quais 19 enquanto sede das sociedades.

ANGOLA, BRASIL E ESPANHA NA LIDERANÇA

Angola, Brasil e Espanha são os países com maior número de sociedades representadas nesta edição do In-Lex. Angola e Brasil surgem uma vez mais no topo dos destinos internacionais, com 25 firmas de advocacia portuguesas ...



representadas, seja em parceria ou com escritórios próprios. Dois países onde se fala português são, assim, duas das grandes apostas de internacionalização das sociedades representadas neste In-Lex.

Já o mercado espanhol, o nosso principal parceiro comercial, é o terceiro destino em maior evidência, com 22 escritórios a marcarem presença no país vizinho.

Além de Angola, Moçambique é outro dos países africanos de expressão lusófona com presença nos primeiros quatro lugares da lista de internacionalização. Em menor número, a aposta não deixa de verificar-se igualmente

em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que também despertou a atenção das empresas e da advocacia societária nacional.

No espaço da União Europeia, o nosso principal parceiro de trocas comerciais, como já foi referido, é a Espanha. Segue-se-lhe o Reino Unido – 10 firmas estão presentes diretamente ou através de parcerias com sociedades locais –, o mesmo sucedendo em França.

Há ainda outras geografias que se destacam pela forte aposta que têm suscitado nos anos mais recentes, como sendo, os Estados Unidos e a China – seja na zona económica de Macau, seja nas cidades de Pequim ou de Xangai, a

China apresenta-se como um destino que continua a suscitar muita procura.

As sociedades de advogados listadas nesta edição do In-Lex continuam a apostar na internacionalização, estando presentes, ou tendo capacidade para se fazerem representar, num conjunto de 73 países espalhados pela Europa, África, Médio Oriente, América, Ásia e Oceânia.

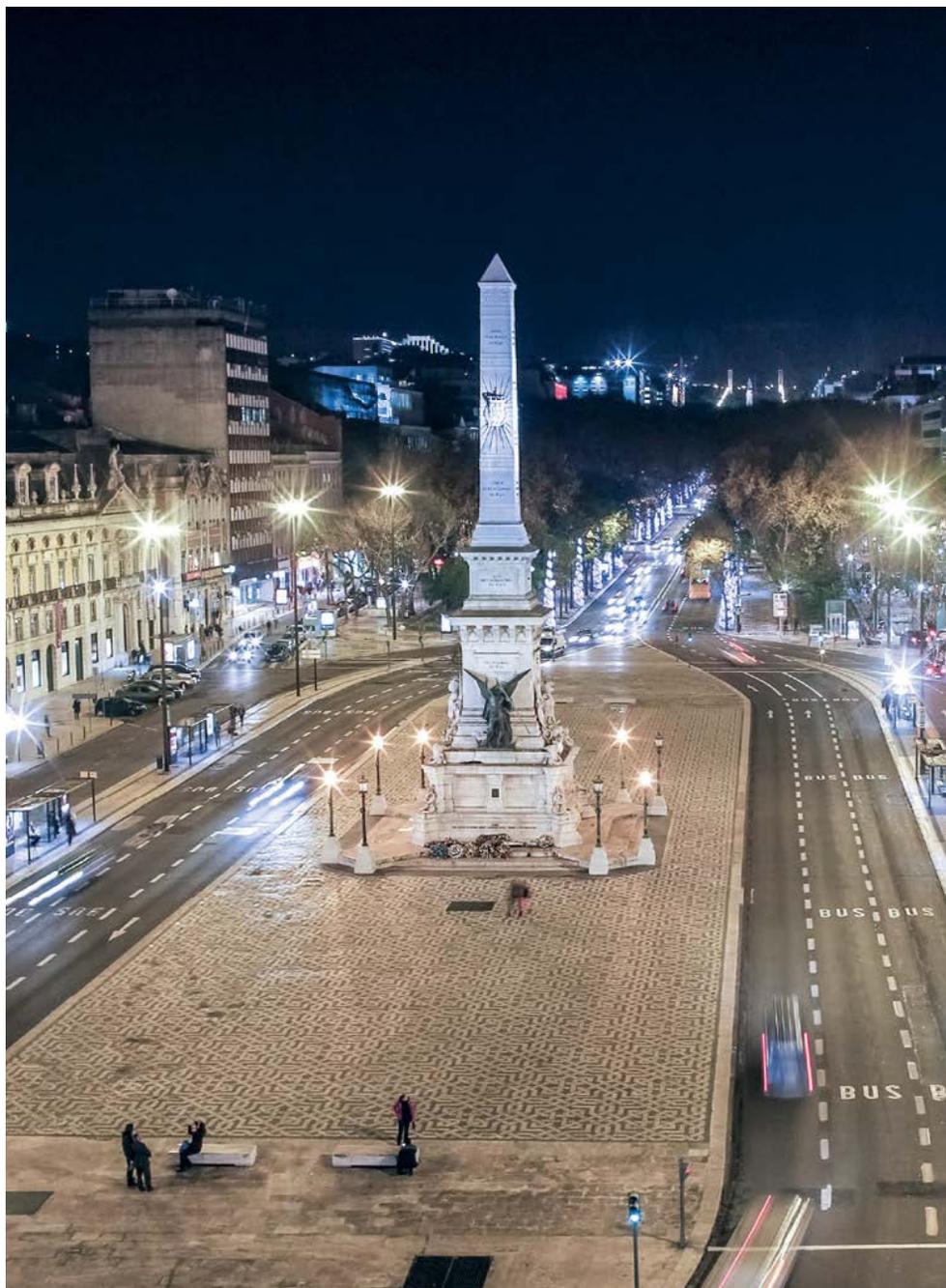
OS SERVIÇOS JURÍDICOS

Tendo em conta o conjunto das sociedades, no “top 20” das áreas de prática – aquelas relativamente às quais são assegurados serviços por parte do maior número das firmas de advocacia representadas –, importa dizer que o Direito Comercial (que inclui as áreas de Corporate Governance, Distribuição, Societário, Reestruturação de Empresas e Franchising) surge destacado no primeiro lugar desta listagem. São 121 as sociedades representadas que proporcionam este tipo de apoio jurídico.

Consequência prática do contexto económico e financeiro que marcou o País nos últimos anos, a área de Contencioso continua destacada nesta 14.ª edição do In-Lex, ao aparecer em segundo lugar na lista relativa aos serviços assegurados pelas sociedades representadas neste anuário. Um total de 104 sociedades assegura serviços neste campo. A área de Direito do Trabalho destaca-se igualmente como uma das que suscitam a aposta das sociedades. Um conjunto de 99 sociedades tem na sua estrutura advogados com maior ligação a este ramo.

Tradicionalmente, o Direito Fiscal é privilegiado no conjunto dos serviços jurídicos prestados às empresas, mantendo-se essa realidade nesta edição do In-Lex com 80 sociedades que proporcionam apoio aos clientes no campo da fiscalidade. A fechar o Top 5 das áreas mais destacadas, consta a do Imobiliário, que é uma das áreas cuja atividade mais tem estado em evidência nos últimos anos, com 78 firmas a oferecerem trabalho especializado neste campo.

No top 10 dos serviços mais oferecidos pelas sociedades presentes no In-Lex 2019, constam ainda as áreas de Direito Público e Administrativo; Direito Financeiro; Propriedade Intelectual e TMT (que inclui ainda o Comércio Eletrónico, Direito das Novas Tecnologias, Proteção de Dados, Cibersegurança e Software) – que nesta edição apresentou uma subida no ranking, fruto da crescente relevância destas matérias no ano de 2018, tendência que se prevê manter em 2019; Direito Civil, e a Arbitragem e Mediação. ■





MARCOLINO

SINCE 1926




ROLEX


BLANCPAIN


HERMÈS
PARIS


HUBLOT


IWC
SCHAFFHAUSEN


JAEGER-LECOULTRE


LONGINES


MONT
BLANC


OMEGA


ORIS
Swiss Made Watches
Since 1904


TAGHeuer
SWISS AXIAL-GARDE SINCE 1888

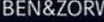

TUDOR


VACHERON CONSTANTIN


K DI KUORE


MESSIKA
PARIS


ELEUTERIO
HANDCRAFTED FOR YOU


BUBEN&ZÖRWEIG

WWW.MARCOLINO.PT

O “DRIVE” DAS NOVAS GERAÇÕES NÃO É A CARREIRA NEM O DINHEIRO



OS JOVENS NÃO CONSIDERAM ATRATIVA UMA CARREIRA QUE OS LEVE ATÉ AO TOPO DAS ORGANIZAÇÕES ONDE SE INSEREM. “ENCARAM ESSA HIPÓTESE COMO UMA ENORME DOR DE CABEÇA, TAL NÃO QUER DIZER QUE NÃO TRABALHEM VÁRIAS HORAS E QUE NÃO SEJAM EXTRAORDINÁRIOS PROFISSIONAIS.”

Ana Rita Duarte de Campos, Presidente do Instituto de Apoio aos Jovens Advogados (IAJA)

■ São as chamadas gerações “millennial” e “centennial”, onde se incluem aqueles que há poucos anos entraram ou os que estão a chegar ao mercado de trabalho. São as mesmas gerações de quem se diz que não querem um “emprego para vida”. Antes de tudo, querem conhecer outras realidades, viajar e ter acesso a diferentes experiências profissionais, mesmo que não relacionadas com as áreas da sua formação académica. É mesmo isso que querem ou, no caso concreto dos jovens que se formam em Direito e quem ser advogados, são os entraves às saídas profissionais que os levam a assumir outras opções? Mais do que as dificuldades em aceder a um emprego, o que existe é uma novo paradigma, porque o “drive” das novas gerações não é a carreira e, nalguns casos, nem mesmo o dinheiro.

Ana Rita Duarte de Campos, presidente do Instituto de Apoio aos Jovens Advogados (IAJA) e

membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (OA), considera que, face às gerações anteriores, os jovens não consideram atrativa uma carreira que os leve até ao topo das organizações onde se inserem. “Encaram essa hipótese como uma enorme dor de cabeça, uma pressão insuportável. Tal não quer dizer que não trabalhem várias horas e que não sejam extraordinários profissionais. Não querem é viver em função da ideia de que chegaram ao topo e que têm a melhor casa e o melhor carro ou que são as pessoas mais bem-sucedidas da sua família. Isso para eles é relativo”, considera.

O presidente da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses (ANJAP), Filipe Bismark, acredita que “poucos jovens advogados queiram um ‘emprego para a vida’”, “pois olham para o mercado de trabalho e sabem que é benéfico terem várias experiências laborais, em áreas e conceitos de trabalho

diferentes, para se tornarem profissionais mais versáteis e completos”.

MAIS DO QUE UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Manuel Ximenes, presidente da Associação Académica de Direito da Universidade Católica de Lisboa, recorre à experiência que recolhe dos seus contatos diários na faculdade onde estuda. “Aquilo que vejo muito nos meus colegas que já concluíram a licenciatura é que de facto a pressa para começar logo a trabalhar não é tanta como esperaria. Sinto que muitos alunos preferem ter mais do que uma experiência profissional antes de decidirem, com certezas, aquilo que querem fazer”. Além disso, sublinha, muitos optam por completar a formação académica fora do País.

O jovem estudante diz não acreditar que os entraves à entrada na profissão sejam aquilo ...

MESTRADOS DIREITO

2019 | 2020



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

www.fd.lisboa.ucp.pt
mestradosdireito@fd.lisboa.ucp.pt
Telefone 217 214 174

ADMINISTRATIVO **CATÓLICA
GOV**

PARCEIRO
Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO



LAW & BUSINESS

PARCEIROS
CMS - Rui Pena & Arnaut | KPMG |
Uría Menéndez - Proença de Carvalho |

EMPRESARIAL

PARCEIRO
VdA - VdA Academia

FISCAL **CATÓLICA
tax**

PARCEIRO
PLMJ

FORENSE

PARCEIROS
CMS - Rui Pena & Arnaut | KPMG | PLMJ | Sérvulo &
Associados | Uría Menéndez - Proença de Carvalho |
VdA - VdA Academia |

que faz as novas gerações optar por viajar e experimentar várias saídas profissionais, “até porque que a maioria dos alunos já sabe que vai ter de enfrentar os mesmo [problemas] ao optar pelo curso de Direito”, frisa.

Ana Rita Duarte de Campos partilha a mesma perspetiva. Sustenta, aliás, que as novas gerações querem dedicar-se a algo de onde retirem significado. “Querem mudar de país, querem fazer outro curso, querem viajar e querem até sair da profissão”. Segundo esta dirigente da OA, numa análise comparativa feita nos últimos cinco anos entre o número de advogados que fizeram o estágio e se inscreveram na Ordem, desde o ano de 2013 e até dezembro de 2018, em média, 19 a 20% saíram.

SÉRIOS PROBLEMAS PARA O FUTURO

Para a presidente do IAJA, esta é uma realidade que coloca sérios problemas ao futuro dos escritórios. “As sociedades de advogados constituem-se para estar cá daqui a 50 anos com a mesma cultura. Se aquilo que foi contínuo desde os ‘baby boomers’ [e para a geração que antecede os ‘millenials’] começa a abanar, quando chegar a geração seguinte a situação complica-se ainda mais, porque os escritórios precisam de se renovar”, Ana Rita Duarte de Campos.

As remunerações que os mais jovens auferem será uma razão para as escolhas que fazem? A presidente do IAJA refuta esta ideia. “Pelo menos em Lisboa, os vencimentos estão relativamente estabilizados nos últimos anos. Estamos a falar de pessoas que entram no mercado de trabalho, que são os melhores alunos, pessoas que saem das melhores faculdades e que vão para escritórios de advogados com maior volume de trabalho e com maior capacidade para lhes pagar. Estamos a falar de montantes de ingresso de estagiários entre os 1.800 e os 2.200 euros. O ‘drive’ destes miúdos não é o dinheiro”, sentencia a dirigente da Ordem dos Advogados.

UMA OUTRA REALIDADE NO INTERIOR

Ser um jovem advogado numa sociedade de Lisboa ou do Porto é contudo uma realidade diversa de quem trabalhe num escritório no interior do país. Filipe Bismark frisa que são realidades muito diferentes, devido ao tipo de clientes que uns e outros têm e aos problemas que esses clientes apresentam. “Atualmente, a advocacia tem inúmeras vertentes e especializações diferentes. Mesmo dentro da mesma sociedade de advogados o trabalho que um advogado faz pode nada ter a ver com o trabalho que o colega de secretária executa. Acredito que o importante é todos terem consciência

desta diversidade e da sua importância e que nos mantenhamos unidos na defesa da profissão e na deontologia que a todos se aplica”, sublinha o presidente da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP).

Já o dirigente associativo Manuel Ximenez considera que fora de Lisboa e do Porto, no interior de Portugal, a oferta de emprego não é tão boa. “Lisboa e Porto são sem dúvida onde há o melhor mercado para um jovem advogado”, sublinha.

A presidente do IAJA reconhece os problemas com que se defronta um advogado no interior do País, em início de carreira, em que a maioria das pessoas consegue ter um advogado apenas através do sistema de acesso ao Direito. “Colocando de parte Porto, Lisboa, Coimbra ou Braga, o resto do país é uma variável muito à parte e sempre foi, mais agora com o acréscimo desta geração ter outras perspetivas de vida”, enfatiza Ana Rita Duarte de Campos.

A mesma responsável sublinha que as dificuldades existentes resultam em muito do mercado da advocacia em Portugal. “É um mercado muito pequeno, muito desigual e fora das grandes cidades é muito complicado ser advogado”, conclui. ■





CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
Global
School of
Law

A statement
of excellence

has no
**bor
ders**

**Excellence
Like Global
Law**

International
Business
Law

LL.M.

Programa avançado, com uma abordagem inovadora ao Direito transnacional, Anglo-Americano e Europeu, com um corpo docente de académicos e profissionais de topo a nível global. Especializado para quem procura uma carreira no Direito Internacional de negócios.

Parceiros:



www.catoliclaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law@ucp.pt

FUTURO DA ADVOCACIA

HÁ OU NÃO EXCESSO DE CURSOS DE DIREITO?

■ Há ou não excesso de cursos de Direito em Portugal? Há quem diga que sim, mas também quem tenha uma opinião oposta. Mas mais do que uma ou outra realidade, aquilo que está em causa quando se fala no acesso dos jovens formados em Direito no acesso à profissão de advogado é perceber se o estágio que permite, uma vez finalizado, a inscrição na Ordem dos Advogados deve continuar como está.

Manuel Ximenez, presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, sublinha que em Portugal existem 15 cursos de Direito, mas isto pouco significa se não estudarmos o número de vagas que os mesmos oferecem. Em 2018 foram abertas de mais de 2500 vagas em todo o país. Até por isso, o dirigente da associação académica da Católica entende que aquilo que pode existir é excesso de licenciados por ano. “Creio que excesso de cursos não há, até porque a existência de vários cursos é de certa forma benéfica, faz com que as universidades se tornem mais competitivas entre si e ofereçam o melhor ensino possível”, enfatiza.

Já quanto ao eventual excesso de licenciados por ano, Manuel Ximenez entende que o mesmo será resolvido pela qualidade dos mesmos. “Um aluno de direito de uma boa universidade terá lugar no mercado de trabalho. É ainda de se considerar que direito é um curso de “banda-larga” oferecendo mais do que a clássica saída profissional da advocacia, pelo que há muitas opções para um jurista nas áreas jurídicas e não só”, frisa.

O presidente da Associação dos Jovens Advogados de Portugal (ANJAP), Filipe Bismark, entende que o curso de Direito é um dos que mais saídas profissionais oferece. “Falamos de advogados, juizes, magistrados, conservadores, notários, juristas, mesmo profissões menos “jurídicas” como políticos, jornalistas, consultores, pelo que considero que não existem cursos a mais em Portugal”. Aquilo que acredita que existe, e que se nota no mercado de trabalho, “é que há cursos de Direito de certas Universidades que são muito

conceituados e outros que têm uma reputação menos positiva”.

OUTRO PARADIGMA DE ESTÁGIO?

Já Ana Rita Duarte de Campos, que lidera o Instituto de Apoio aos Jovens Advogados (IAJA), considera que em Portugal há muitos cursos de Direito, assim como diz que “há demasiados licenciados em Direito”. Que razões levam a que isso suceda? “É um curso de papel e lápis. É um curso barato”, responde, mas adianta que não é isso que legitima as dificuldades de acesso à profissão.

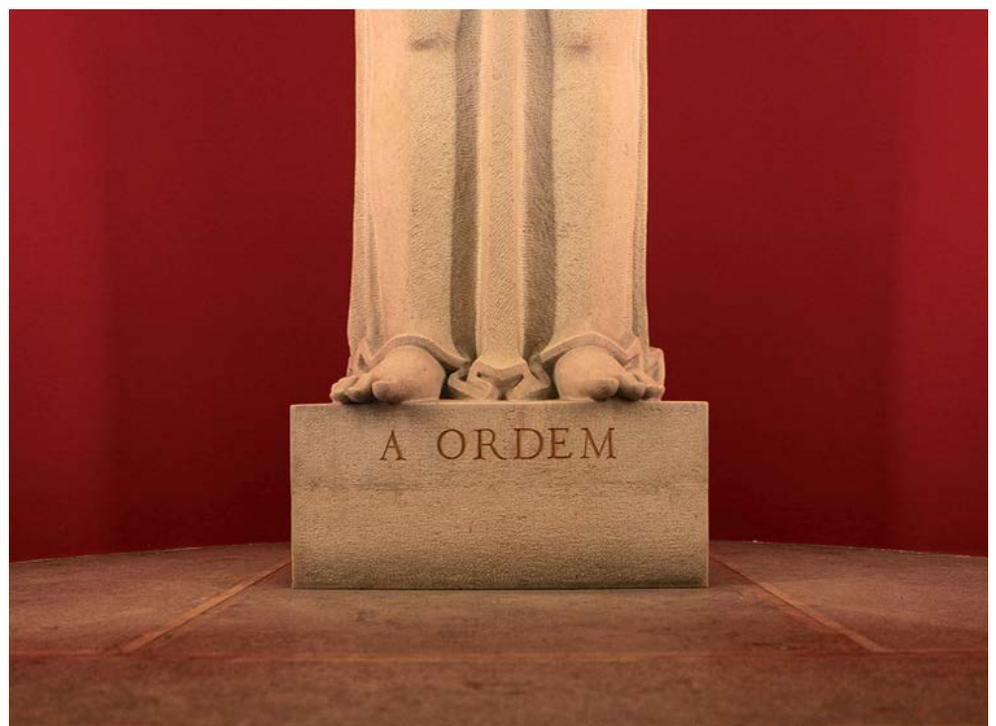
“Qualquer pessoa que complete um curso de Direito pode inscrever-se como advogado estagiário, e, caso consiga terminar o estágio, torna-se advogado, pelo que acredito que o acesso à profissão não é difícil. Questão diferente é saber se os moldes em que é feito o estágio ainda fazem sentido numa sociedade como a nossa”, afirma Filipe Bismark.

A presidente do IAJA concorda, e aponta a necessidade de um novo paradigma. “Aquilo que

se pode discutir é se é preciso que a admissão a uma profissão regulada tenha um crivo. A advocacia é uma profissão regulada, com regras para a entrada e para a permanência. Um candidato a advogado que tenha cometido um crime vai ter um processo de averiguação de idoneidade quando se candidatar a estagiário”, explica.

Que tipo de crivo poderia ser esse? “A ideia seria contar com uma formação livre. Cada um formar-se-ia onde quisesse, ia fazer as pós-graduações que quisesse e depois haveria um exame nacional, de Estado, com questões jurídicas.

A função da Ordem dos Advogados seria a de ajudar na formação naquilo que diz respeito às questões profissionais, como a deontologia, prevenção de branqueamento de capitais, a gestão de clientes, a oratória, os métodos de trabalho, eventualmente uma língua estrangeira. Seria uma alternativa ao sistema de estágio que temos e que replica muito o modelo de ensino universitário”, conclui Ana Rita Duarte de Campos. ■



CONGRESSOS

ALMEDINA 2019

CONGRESSO DE
**DIREITO DO
ARRENDAMENTO**

28 e 29 de março de 2019

Coordenação Científica
Professor Doutor Luís Menezes Leitão

V CONGRESSO
DE **DIREITO DA
INSOLVÊNCIA**

11 e 12 de abril de 2019

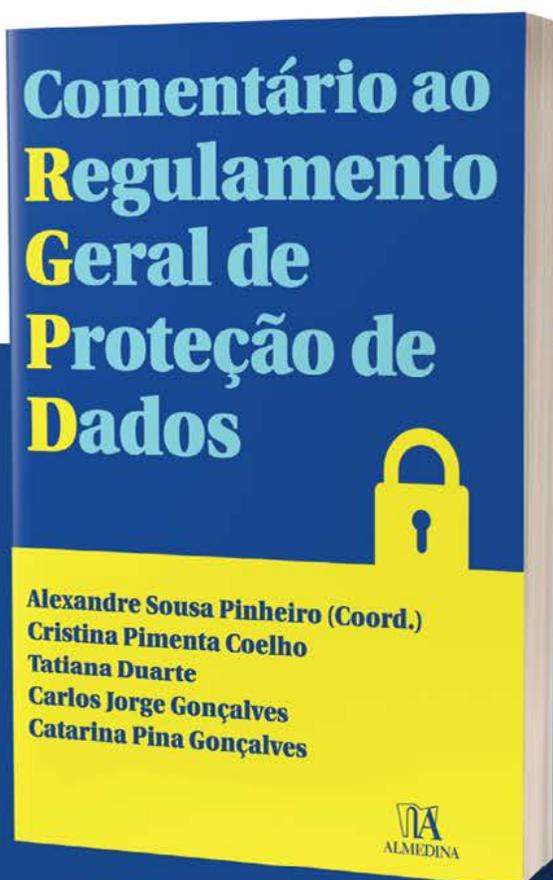
Coordenação Científica
Professora Doutora Catarina Serra

III CONGRESSO
DE **PROCESSO
CIVIL**

23 e 24 de maio de 2019

Coordenação Científica
Professor Doutor Miguel Mesquita
Professora Doutora Maria José Capelo
Dr. Nuno Lemos Jorge

De especialistas para especialistas congressos@grupoalmedina.net | T. 239 098 708 | www.almedina.net/congressos/



O objetivo deste comentário consiste em garantir que o leitor encontra neste livro um amparo importante não tanto para fornecer respostas imediatas, mas para transmitir informação que permite refletir sobre a complexidade óbvia dos diversos assuntos da proteção de dados.

GRUPOALMEDINA

MERCADO 2019

CONJUNTURA EXTERNA SERÁ UM FATOR DETERMINANTE

■ A estabilidade política e social no país, a par de uma conjuntura económica externa favorável, são dois fatores apontados como determinantes para explicar o bom comportamento que a economia registou em 2018. Há contudo fatores que podem mudar e que causam apreensão aos atores do mercado português de prestação de serviços jurídicos às empresas, quando inquiridos sobre o que esperam de 2019. Em causa está, sobretudo, a forma como irá evoluir a economia mundial.

Os riscos em 2019 chegam sobretudo do exterior. Uma pequena economia, como a portuguesa, exposta ao mercado global, poderá enfrentar este ano dificuldades, caso a saída do Reino Unido da União Europeia seja feita sem acordo. Além de um Brexit desordenado, cujas consequências os analistas consideram imprevisíveis, também são maus sinais os indicadores negativos que chegam de Itália

ou as convulsões sociais que têm marcado o quotidiano em França.

Será contudo num tabuleiro mais amplo que se jogará o bom comportamento da economia mundial. Uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as duas principais potências económicas a nível global, pode também trazer dores de cabeça difíceis de calcular. O retomar das negociações, no início do ano, entre os dois gigantes atenuaram um pouco o clima de pessimismo, que continua a existir, mas nada pode ser colocado de parte, mesmo o extremar de posições entre Washington e Pequim.

EXPETATIVA DE QUE NÃO CHEGUE A TEMPESTADE PERFEITA

Ainda assim, há a expectativa de que não se forme a tempestade perfeita anteriormente descrita. Se assim for, haverá condições que ...

OS RISCOS EM 2019 CHEGAM SOBRETUDO DO EXTERIOR. UMA PEQUENA ECONOMIA, COMO A PORTUGUESA, EXPOSTA AO MERCADO GLOBAL, PODERÁ ENFRENTAR ESTE ANO DIFICULDADES, CASO A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA SEJA FEITA SEM ACORDO.





Faça como nós:
**encontre de forma
eficiente e eficaz**

JusNet a melhor solução de informação jurídica



Pesquisa
inteligente



Todo o tipo de
conteúdos



Facilidade de
consulta



Informação



Onde
quiser



permitem um crescimento moderado da prestação de serviços jurídicos às empresas e clientes privados em Portugal, segundo admitem alguns players do mercado. Com este cenário, estariam criadas as condições para uma boa prestação da atividade em áreas de prática associadas às fusões e aquisições, ao imobiliário, urbanismo e turismo.

A par dos setores referidos, há também quem anteveja um crescimento significativo na área da cibersegurança e proteção de dados, não só por força da maior exigência no quadro regulatório da União Europeia, como também pela prioridade que todos os assuntos associados à nova era digital assumem nas organizações empresariais.

Por outro lado, o anunciado aumento do investimento público, caso se concretizem os anúncios feitos pelo Governo num ano marcado por três atos eleitorais – europeias, na Região Autónoma da Madeira e legislativas – determinará uma maior atividade na área da contratação pública e, por consequência, dos especialistas em Direito Público.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA ABRANDARÁ?

As projeções de evolução da economia portuguesa para 2019 apontam para uma manutenção do crescimento acima dos 2%, embora com uma tendência de abrandamento recentemente sublinhada pelo Banco de Portugal. Além do mais, o mercado português oferece ainda inúmeras oportunidades de investimento.

Mais ainda, o País continuará, apesar de alguma contestação política interna, a ser competitivo do ponto de vista do enquadramento legal para expatriados, bem como da captação de investimento externo, sustentam alguns players do mercado.

Portugal é hoje um País que reúne todas as condições para captar investimento estrangeiro produtivo. Se aos aspetos referidos se juntar alguma estabilidade fiscal e alguma tranquilidade política poderão estar reunidos os condimentos para que 2019 volte a ser, como o último ano, um período de muito trabalho e de bons resultados para o setor da advocacia que assegura apoio jurídico às empresas. ■

HÁ A EXPETATIVA DE QUE NÃO SE FORME A TEMPESTADE PERFEITA EM TORNO DA ECONOMIA MUNDIAL. SE ASSIM FOR, HAVERÁ CONDIÇÕES QUE PERMITEM UM CRESCIMENTO MODERADO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ÀS EMPRESAS E CLIENTES PRIVADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO ADMITEM ALGUNS PLAYERS DO MERCADO.

As Sociedades de Advogados com mais peso em Portugal.



HÁ 14 ANOS A DIVULGAR O SETOR

ENTRE OS PROCESSOS MEDIÁTICOS E AS LUTAS DOS ATORES SETORIAIS



■ Megaprocessos de enorme impacto mediático marcam o ano de 2019 no setor da Justiça. Políticos, banqueiros e clubes desportivos estão no centro de alguns dos casos que mais tinta têm feito correr e que, ao longo deste ano, vão continuar a marcar a agenda.

Já a nível político, com juízes, magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça a discordarem das propostas para a reforma dos respetivos estatutos, o ano, que será marcado por eleições legislativas, promete não ser pacífico.

Da Operação Marquês, passando pelos processos que envolvem o colapso do universo Espírito Santo e o caso roubo de armas em Tancos até ao e-Toupeira, que envolve a SAD do Benfica, ou a invasão da Academia Sporting de Alcochete, muito estará em jogo, neste período em que a procuradora-geral da República, Lucília Gago, cumprirá um primeiro ano de mandato carregado de desafios à frente do Ministério Público.

Até final do ano, sobre o mais mediático dos casos, a Operação Marquês, que envolve um ex-primeiro-ministro, José Sócrates, o seu amigo e empresário Carlos Santos Silva, o

ex-ministro Armando Vara, o banqueiro Ricardo Salgado ou ex-gestores como Zeinal Bava e Henrique Granadeiro, deverá ficar a saber-se se os 28 arguidos irão ou não ser julgados.

Nas mãos do juiz Ivo Rosa, responsável pela fase de instrução, estará a decisão, mas também o fardo pesado de analisar mais de 50 mil páginas e 13,5 milhões de ficheiros informáticos.

No plano da criminalidade económica, o caso que levou à queda do maior banco privado português, o BES, bem como do universo empresarial associado à família Espírito Santo, vai continuar a ser alvo de investigação em 2019. Trata-se de um processo ainda sem fim à vista.

POLÍTICA DE JUSTIÇA

Num ano em que o setor da Justiça conta com um orçamento reforçado, no total 1469 milhões de euros, mais 85 milhões de euros comparativamente a 2018, a responsável política pela tutela, Francisca Van Dunem, está também sujeita a alguns desafios, nomeadamente a longa greve parcial prometida pela Associação Sindical dos Juízes. Mas também a reforma dos estatutos dos magistrados do Ministério Público e dos funcionários judiciais

ou as greves dos guardas prisionais prometem continuar a desencadear desentendimentos.

Refira-se que os 1469 milhões de euros orçamentados para a Justiça em 2019 são financiados em cerca de 43% por receitas gerais, sendo 56% suportados por receitas do próprio sistema e 1% por verbas provenientes de fundos comunitários.

Uma importante fatia do orçamento do Ministério da Justiça estará afeta ao funcionamento do próprio (91,8 milhões de euros). Outros montantes de peso serão distribuídos pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça (69,4 milhões de euros), Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais (17,6 milhões de euros), Direção-geral da Administração da Justiça (mais de 10 milhões de euros) e Instituto de Registos e Notariado (7,2 milhões de euros).

Para a ministra Francisca Van Dunem, apesar do reforço orçamental que conseguiu, as dores de cabeça prometem continuar, tal como sucedeu em 2018, também à custa da contestação que juízes e magistrados do Ministério Público vão continuar a fazer às propostas de reforma dos respetivos estatutos. ■